



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

RESERVATÓRIO LATERAL OFFLINE – 2ª E 4ª ETAPAS – TRABALHO SOCIOAMBIENTAL EM APOIO À COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS NO RIO PRÍNCIPE - TERESÓPOLIS

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Estadual do Ambiente – INEA, dentro de suas prerrogativas, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº. 5.101/07, possui a função de executar as políticas estaduais do meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, com competência para a execução direta de obras visando minimizar o risco de inundação, dentre outras.

Neste sentido, estão sendo propostas intervenções físicas, no âmbito do Instituto Estadual do Ambiente, executadas através da Diretoria de Recuperação Ambiental, que possuem o condão de minimizar o risco de inundações, tais como macrodrenagem, canalização dos rios e, em alguns casos, ações de urbanização, com o intuito de possibilitar melhorias na qualidade de vida da população.

Para tal, faz-se importante considerar a existência de famílias nestas áreas de intervenção, o que aponta para a necessidade de promover a participação das mesmas na implementação do projeto de obras no rio Príncipe.

1.1 Justificativa da necessidade de contratação

A presente contratação visa apoiar a intervenção proposta no Projeto de Obras, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações mitigadoras sobre a degradação socioeconômica e ambiental de algumas áreas, que tem se intensificado e tornado cada vez mais frequente entre os municípios brasileiros, como o ocorrido em janeiro de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro.

Além disso, atende ao critério do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS no que se refere ao atendimento à população urbana localizada em áreas de risco, sujeita a “enchentes, inundações e alagamentos críticos” (MC Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, p. 09, 2010/2011), constituindo-se em área de implantação de projetos e obras estratégicas para a viabilidade da ocupação territorial.

1.2 Previsão no Plano Anual de Contratações – PCA

A contratação ora proposta encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e com o Decreto Estadual nº 48.816/2023, que regulamenta o planejamento das contratações públicas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Tal previsão reforça o planejamento estratégico institucional e garante a compatibilidade da demanda com os recursos disponíveis, assegurando o alinhamento da contratação com os objetivos da Administração Pública e a promoção da eficiência no gasto público

1.3 Instrumentos de Planejamento

A contratação de empresa especializada para a execução do objeto “Reservatório Lateral Offline – 2ª e 4ª etapas – Trabalho Socioambiental em apoio à complementação das obras no rio Príncipe – Teresópolis” está alinhada com o Plano Anual de Contratações do INEA.

Além disso, foi elaborado em conformidade com Decreto Estadual nº 48.816 de 24 de novembro de 2023.

1.4 Resultados pretendidos do atendimento da demanda

O Trabalho Socioambiental proposto visa promover a participação da sociedade na implementação do projeto de obras no rio Príncipe, visando à garantia da sustentabilidade das obras de intervenção, por meio de ações mobilizadoras e de sensibilização dos moradores e demais atores interessados.

1.5 Setor demandante

Considerando a necessidade identificada pela Diretoria de Recuperação Ambiental referente contratação de empresa especializada para a execução do objeto “Reservatório Lateral Offline – 2ª e 4ª etapas – Trabalho Socioambiental em apoio à

complementação das obras no rio Príncipe – Teresópolis”, a responsabilidade pela contratação será atribuída à Gerência de Projetos e Serviços Socioambientais.

Ainda, em conformidade com o inciso V e parágrafo único do artigo 6º do Decreto Estadual nº 48.816/23, indicamos a servidora Vanessa Guerra Peixoto dos Santos para a elaboração do estudo técnico preliminar.

2. DESENHO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Definição sucinta do objeto

O projeto apresentado tem por base a realização das ações que tangenciam as questões de sustentabilidade e preservação ambiental. Para tal, faz-se necessária a contratação de empresa especializada a fim de executar o Trabalho Socioambiental em apoio à complementação das obras no rio Príncipe – Teresópolis.

2.2 Da natureza do Bem/Serviço

De acordo com o Art. 6º da Constituição Federal no que diz respeito aos direitos sociais, preconiza que consiste direitos sociais: “educação, saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados”. Nessa perspectiva entende-se que a moradia constitui-se como um direito social, que precisa estar entrelaçado aos demais direitos, para que com isso o sujeito tenha qualidade de vida e sua dignidade preservada. O Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos/HABITAT adota a seguinte definição para moradia adequada: moradia adequada é mais do que um teto sobre a cabeça. Também significa privacidade adequada; espaço adequado; acessibilidade física; segurança adequada; segurança da posse; estabilidade estrutural e durabilidade; iluminação, aquecimento e ventilação adequados; infraestrutura básica adequada, como equipamentos de água, esgoto e coleta de lixo; qualidade ambiental e fatores relacionados à saúde apropriados; bem como localização adequada e acessível ao trabalho e outros equipamentos básicos: tudo isso deve estar disponível a custos acessíveis.

Diante disso, o objeto da presente contratação pode ser enquadrado como “serviço comum”, considerando bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, assim a natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo XIII, do art. 6º, da Lei de Licitações nº 14.133 de 2021.

A empresa deverá comprovar aptidão técnica para desenvolver os trabalhos propostos, sendo imprescindível que demonstre conhecimento do problema, noção do contexto no qual se insere a elaboração dos serviços a serem realizados e dos principais entraves à realização dos mesmos, demonstre como pretende desenvolver as atividades determinadas no Termo de Referência, qual a sistemática e metodologia de execução dos serviços; comprove a experiência e formação dos profissionais que conduzirão os trabalhos; e comprove a experiência da empresa no desenvolvimento de trabalhos similares.

Cumprido ressaltar que o Termo de Referência descreve a metodologia das atividades e como se dará o seu desenvolvimento pela contratada.

2.3. Do regime de execução

Sobre o regime de execução cumpre-se esclarecer que este foi estabelecido como o de empreitada por preço unitário, sendo este o regime mais adequado a execução do presente objeto uma vez que o nível de detalhamento estabelecido no Termo de Referência e na Planilha Orçamentária garante a apresentação de um preço certo.

Além disso, o orçamento foi elaborado por preço unitário, o que garante maior transparência e acesso à informação pelo licitante garantido a possibilidade do licitante, com base nas informações disponibilizadas, apresentar proposta de remuneração condizente com as obrigações que serão efetivamente assumidas com o possível contrato.

Este sistema permite a efetivação da prestação dos serviços previstos nos termos de referência, garantindo uma previsibilidade quanto ao valor do contrato e diante das características do empreendimento há um incentivo ao cumprimento de prazo, pois o nesse regime só recebe quando concluída a etapa.

Com isso, o regime escolhido se demonstra recomendável com base em pesquisas e práticas de mercado a respeito da forma de remuneração dos serviços pretendidos. Desta forma, a administração justifica o regime de execução visto que estabelece critérios compatíveis com aqueles usualmente utilizados no mercado e, por consequência, amplia a competitividade.

O projeto previamente elaborado, assim entendido o conjunto formado pelo termo de referência e o orçamento, garantem uma boa margem de precisão às quantidades e serviços a serem executados. O que coibiria o pagamento de “serviços cujas quantidades foram avaliadas em valor superior no momento da licitação”.

Por fim, importante acrescentar que a elaboração de um orçamento discriminado em preços unitários, não pode se confundir com a execução desse mesmo objeto em preço unitário. Isto porque, a orçamentação por preço unitário visa garantir uma maior precisão e transparência a obtenção de um orçamento o valor mais vantajoso à administração pública, enquanto a execução se coaduna com a ideia de que a partir das informações apresentadas pela Administração, os interessados detêm condições de apresentar remuneração condizente com as obrigações que serão efetivamente assumidas com a celebração do futuro ajuste.

Com isso, nota-se que o objeto a ser licitado apresenta um caráter subjetivo que necessita ter uma continuidade para alcançar seu objetivo, isto é, não há a possibilidade de fracionamento em lotes ou itens, uma vez que essa conscientização a ser efetivada pela empresa contratada junto à comunidade local, consiste em um só objeto.

2.4 Formas de Execução

As execuções das atividades deverão ter como base os serviços contratados que serão avaliados por meio dos relatórios mensais, considerando as etapas definidas no Termo de Referência e no Cronograma. Vale ressaltar que todos os relatórios de medição deverão conter os instrumentos de comprovação: ata, lista de presença, relatório fotográfico e layout dos materiais gráficos utilizados no período, quando a atividade assim definir.

O prazo para envio dos relatórios para fiscalização do INEA, assim como o prazo de devolução para a equipe técnica, deverá ser definido no Plano de Trabalho a ser apresentado pela empresa.

Considerando a complexidade das ações correspondentes aos processos a serem disparados, o fator de precificação estará relacionado aos produtos apresentados conforme o cronograma físico-financeiro, que traduzirão a mensuração do avanço das atividades que compõem as etapas atingidas.

2.5 Duração do Contrato

O presente projeto tem como prazo de execução 12 (doze) meses e como prazo de vigência 15 (quinze) meses.

2.6 Estimativa de Preços

O custo estimado para os serviços de mão-de-obra (fixa e alguns serviços de terceiros) foi executado utilizando como referência a base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), através de consulta realizada em 02/04/2025 na página <http://www.salario.com.br> que busca os valores de referência no “Novo CAGED/eSocial/Empregador Web”. Considerando que os valores apresentados na consulta não incluem encargos trabalhistas, foi utilizada a tabela de encargos sociais de horista da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sem desoneração.

Com relação aos custos dos itens de equipamentos e demais recursos para a realização das atividades, foi realizada pesquisa de preços de mercado, cujo detalhamento encontra-se em anexo acompanhado de planilha comparativa para cálculo da média dos orçamentos recebidos de empresas do mercado.

Além disso, para previsão de instalação do plantão social e veículo a ser disponibilizado para a execução das atividades, foram utilizados os valores de referência da tabela EMOP de 04/2025. Considerando a complexidade das ações correspondentes aos processos a serem disparados, o fator de precificação estará relacionado aos produtos apresentados conforme o cronograma físico financeiro e que traduzirão a mensuração do avanço das atividades: “Reservatório Lateral Offline – 2ª e 4ª etapas – Trabalho Socioambiental em apoio à complementação das obras no rio Príncipe – Teresópolis”,

tem o prazo previsto de 12 (doze) meses e o valor de R\$ 857.288,72 (oitocentos e cinquenta e sete reais, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos), conforme planilha orçamentária, incluindo 25% de despesa indireta conforme planilha de composição em anexo ao orçamento.

3. VANTAJOSIDADE TÉCNICO FINANCEIRA

O presente projeto visa promover a participação da sociedade na implementação do projeto, visando à garantia da sustentabilidade das obras de intervenção, por meio de ações mobilizadoras e de sensibilização dos moradores e demais atores interessados. O trabalho socioambiental tem por base a realização das ações que tangenciam as questões de sustentabilidade e preservação ambiental, através do desenvolvimento de dinâmicas de mobilização e organização comunitária, permeadas por atividades de comunicação e participação da comunidade, além de ações de desenvolvimento socioeconômico.

Sendo assim, a execução das ações ora propostas são imprescindíveis para que a funcionalidade e o objetivo das intervenções físicas possam ser alcançados, trazendo soluções duradouras com melhorias na qualidade de vida e saúde da população das regiões abrangidas pelo projeto.

4. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos relacionados à contratação de empresas para execução de atividades relacionadas ao Trabalho Técnico Social envolvem, prioritariamente, situações de natureza técnica (experiência e competência da empresa), financeira (porte e infraestrutura) e administrativa.

Com o intuito de minimizar a ocorrência de erros técnicos, devem ser observados os parâmetros a serem estabelecidos em função das parcelas de maior relevância técnica, cujo edital de licitação deverá exigir a obrigatoriedade de apresentação de documentos que comprovem o prévio conhecimento técnico do objeto contratado.

Ainda sob esse aspecto, deve-se considerar como fator de redução de risco a compatibilidade do escopo do contrato com as atribuições da Diretoria de Recuperação



Ambiental, em especial à Gerência de Projetos de Projetos e Serviços Socioambientais - GERPSA, a qual detém expertise no planejamento, coordenação, fiscalização e acompanhamento das atividades de Trabalho Técnico Social.

No que se refere à mitigação dos riscos financeiros, é importante destacar os requisitos de qualificação econômico-financeira das empresas licitantes, exigidos no instrumento convocatório, que segue a minuta padrão formulada pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro para a modalidade licitatória pretendida no presente caso. Além disso, eventual execução da garantia contratual para arcar com eventuais prejuízos financeiros pela inexecução do objeto constitui parte integrante do edital de licitação e da minuta de contrato. Além de considerar que a forma de execução do contrato deve cumprir o adequado equilíbrio econômico financeiro para as etapas de desenvolvimento de projeto, garantindo assim as condições econômicas para que a contratada realize as atividades previstas.

Em relação aos possíveis riscos administrativos, relativos à execução e acompanhamento do contrato, deve-se considerar os instrumentos legais que regem o Termo de Referência, Edital e Contrato a ser celebrado com a empresa vencedora, tais como: os elementos sancionatórios, bem como o Decreto 46.600 e a Resolução INEA N° 137, que trata do Manual de Fiscalização do INEA.

Sendo assim, consideramos que os riscos atrelados ao presente objeto são administráveis, e os instrumentos de mitigação são conhecidos e estão disponíveis aos gestores, o que torna viável a contratação em tela.

Vanessa Guerra Peixoto dos Santos

Responsável Técnica

Gerência de Projetos e Serviços Socioambientais

GERPSA/DIRRAM